



Superior Tribunal de Justiça

RESOLUÇÃO N. 7 DE 26 DE MAIO DE 2011

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal, exigido pela Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, inciso XX, do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no art. 54, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, e ainda o decidido pelo Conselho de Administração em sessão realizada nesta data,

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar, na forma dos anexos, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1° quadrimestre de 2011, bem como autorizar sua publicação e disponibilização na internet consoante o previsto no art. 55, § 2°, da referida lei.

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. ARI PARGENDLER

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2010 A ABRIL DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ mil	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INCRISTAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PRO- CESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	690.659	21.497	712.156
Pessoal Ativo	494.623	17.745	512.368
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	291	0	291
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	8.552	1.544	10.096
Demais Despesas com Pessoal Ativo	485.780	16.201	501.981
Pessoal Inativo e Pensionistas	196.036	3.752	199.788
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	337	0	337
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	1.793	2.164	3.957
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	193.906	1.588	195.494
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, §1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	190.298	21.381	211.679
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	10.661	3.708	14.369
Despesas de Exercícios Anteriores	238	17.650	17.888
Inativos e Pensionista com Recursos Vinculados	179.399	23	179.422
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	500.361	116	500.477
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			524.379.492
% do DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (IIIc/IV) x 100	0,095420%	0,000022%	0,095442%
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,224226%		1.175.795
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,213015%		1.117.005

FONTE: SIAFI

Notas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

O valor de R\$ 8.552, constante da linha de Sentenças Judiciais com Precatórios de Pessoal Ativo, inclui a parcela de R\$ 8.497 decorrente do pagamento de Contribuição para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais em virtude do pagamento de Precatórios relativos a exercícios anteriores.

FRANCISCO CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Diretor-Geral

SILVIO FERREIRA
Secretário de Administração e Finanças

SUELY AMARAL DE MEDEIROS SANTOS
Secretária de Controle Interno